



Frente parlamentar em defesa do serviço público coleta assinaturas para ser reinstalada

Há 16 anos, desde 2007, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, frente oficial e histórica, atua na defesa dos servidores públicos das três esferas, federal, estadual e municipal e dos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário. Para ser reinstalada nessa 57ª Legislatura (2023-2026) a frente necessita de ao menos 192 assinaturas de deputados e senadores. Até o momento, mais de 60 parlamentares já assinaram. Entidades representativas de servidores, incluindo a Condsef/Fenadsef, e a CUT, participaram nessa segunda-feira, 27, da 1ª reunião deste ano com o objetivo de debater a reinstalação, organização e funcionamento da frente.

Na Câmara dos Deputados o apoio pode ser feito todo online, basta o deputado ou deputada acessar o link ([clique aqui](#)) e utilizar o código CD231029392300. Já no Senado as assinaturas são recolhidas via fichas presenciais para só depois ocorrer a validação da adesão. Em todas as legislaturas a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público alcançou mais de 300 assinaturas e a expectativa é de que se alcance essa adesão em breve.

PLNs para garantir reajuste do funcionalismo são prioridades

Uma vez reinstalada, o foco será dar conta dos desafios mais urgentes que afetam servidores e serviços públicos no Congresso Nacional. A pressão já começa buscando aprovação do PLN que propõe alterar orçamento para que a proposta de reajuste de 9% do funcionalismo possa ser levada a votação. Para que os valores referentes ao reajuste emergencial possam ser incluídos na folha de maio, a ser paga aos servidores no início de junho, o processamento da folha deve começar preferencialmente ainda em abril por se tratar de inúmeras tabelas salariais diferentes.

Outra providência urgente é defender que o plenário da Câmara vote requerimento para devolver ao Executivo a PEC 32/20, da reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes. Servidores devem pressionar para que seja enviado requerimento de retirada de pauta para que o plenário possa votar a devolução do projeto ao Executivo.

Direito de greve e negociação coletiva

Outro tema histórico diz respeito à regulamentação da negociação coletiva no serviço público. A ratificação da Convenção 151 da OIT e garantia do direito de greve dos servidores públicos é pauta que está em debate desde o início da frente. Com o acúmulo ao longo desses anos o que se espera é que finalmente o tema possa avançar para que o Legislativo finalmente possa regulamentar esse que é um direito essencial dos servidores públicos.

A Condsef/Fenadsef, que atua junto à Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, desde o início, segue no trabalho para garantir a sua reinstalação e que as pautas importantes para servidores e serviços públicos possam avançar no Congresso Nacional. A Confederação reafirma, dezesseis anos depois, a mesma expectativa do ano em que a frente foi instalada: dar visibilidade aos problemas que afetam servidores e serviços públicos para que sejam resolvidos com ajuda do Congresso.

Fonte: Condsef

Concursos públicos: Mais de 33 mil vagas estão abertas; salários vão até R\$ 32 mil

Estão abertas as inscrições para concursos públicos e processos seletivos para o preenchimento de 33.679 vagas em todo o país, com salários que vão de R\$ 1.320 - o piso nacional - a R\$ 32 mil.

O salário mais alto, R\$ 32.004,65, será pago ao vencedor do concurso para a única vaga aberta para juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. As inscrições terminam no próximo dia 29.

Já o salário mínimo (R\$ 1.320) será pago aos 14 primeiros colocados do concurso que está sendo promovido pela Diretoria de Ensino da Região de Presidente Prudente (SP). Confira no edital prazos, pré-requisitos, taxa de inscrição etc.

Concursos abertos em órgãos federais. Vagas na:

Aeronáutica - 25 vagas
BB Tec. e Serviços - 138 vagas
Exército - 1.095 vagas

Vagas com bons salários em MG, MG e SC:

Secretaria da Fazenda de Mato Grosso - 30 vagas, com salário até R\$ 30.063,76.

Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) - 1 vaga, com salário de R\$ 20.970,42.

Prefeitura de Taió (SC) - 164 vagas com salários de até R\$ 20.188,88.

Fonte: CUT

STF ouve Facebook, Google, ministros e especialistas sobre regulamentação das plataformas digitais

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizou hoje, terça e amanhã, quarta-feira, 29, audiência pública para debater as regras do Marco Civil da Internet. A reunião foi iniciada nesta manhã, na sala de sessões da 1ª Turma. O principal objetivo é discutir a regulamentação das plataformas digitais. O tema é discutido no Congresso Nacional no chamado PL das Fake News.

A matéria é objeto de dois Recursos Extraordinários - REs 1037396 e 1057258 (Temas 987 e 533 da repercussão geral) - que discutem a responsabilidade de provedores de aplicativos ou de ferramentas de internet pelo conteúdo gerado pelos usuários e a possibilidade de remoção de con-



teúdos que possam ofender direitos de personalidade, incitar o ódio ou difundir notícias fraudulentas a partir de notificação extrajudicial. Entre os participantes, representantes das platafor-

mas e empresas de comunicação, parlamentares, ministros de Estado e especialistas no assunto. Cada expositor terá dez minutos para se manifestar.

Fonte: Congresso em Foco